

PORTO & MAR

Governo analisa nova proposta para salvar Portus

Intervenção em fundo de pensão é prorrogada por 90 dias

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

A intervenção no Instituto de Seguridade Social Portus, o fundo de pensão dos funcionários das companhias docas, foi prorrogada por mais 90 dias. Em paralelo, essas administrações portuárias avaliam uma proposta para o saneamento das contas da entidade. Nas próximas semanas, os assistidos devem ser consultados sobre uma nova forma de contribuição.

O fundo de pensão tem um rombo estimado em cerca de R\$ 3 bilhões. Na região, os problemas financeiros do Portus atingem mais de 4 mil pessoas que ainda contribuem ou recebem mensalmente a complementação da aposentadoria. Em todo o País, são cerca de 10 mil participantes.

De acordo com a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério da Infraestrutura, o Portus não tem uma revisão em seu plano de custeio desde 2001. Portanto, o plano é deficitário há pelo menos 18 anos. Isto significa que a relação entre os valores pagos aos tra-

balhadores e aquilo que é depositado pelas patrocinadoras e pelo pessoal da ativa é desigual.

Mas segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Portuária (Sindaport), Everandy Cirino dos Santos, a prorrogação da intervenção e a sinalização de um novo plano de recuperação são um bom indicativo para os participantes do Portus.

“Pelas informações que nós temos, esse novo plano, se for aprovado, vai passar a valer em 1º de março. Então, para o fim do ano, a expectativa é positiva para o participante. Pode comprar peru de Natal a vontade”, afirmou o sindicalista.

Segundo Cirino, a estratégia proposta para salvar o

Portus ainda não foi apresentada aos sindicatos. Mas a ideia é que os trabalhadores da ativa aumentem a contribuição, enquanto os aposentados tenham os rendimentos reduzidos.

“Mas acredito não seja tão drástico como o anterior. É possível de ser aceito. Assim, vamos conseguir ter maior tranquilidade em relação ao Portus. Isso é necessário porque estamos falando de pessoas que recebem uma aposentadoria muito baixa e complementam a renda, muitas vezes, para comprar remédios”, explicou o sindicalista.

A proposta anterior, que chegou a ser aprovada pela categoria em Santos mas foi recusada no Rio de Janeiro, previa um aumento de 89% sobre a contribuição atual. Isto significa que um trabalhador que está na ativa e paga R\$ 1 mil, mensalmente, passaria a quitar R\$ 1.890.

Caso a proposta seja apresentada neste mês, como prevê Cirino, os participantes do Portus serão comunicados em seguida. Porém, a aprovação deve ser coletiva, em assembleia, que deve ser realizada em janeiro.



CARLOS NOGUEIRA

Sede da Codesp, a Autoridade Portuária de Santos: 4 mil pessoas recebem benefícios do Portus na região

AUTORIDADES

De acordo com o Ministério da Infraestrutura, a proposta foi formulada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e pelo Interventor do Portus. E

está em análise pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e pelas patrocinadoras – as companhias docas. A pasta garante que ainda não há prazo estabelecido para as reuniões.

Procurada, a Previc informou que “não trata publicamente de entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) específicas, para não prejudicar o andamento de eventuais processos”.